

Tendências, Convergências e Divergências nas Relações UE-América Latina no Dealbar do Século XXI

Miguel Barreto Henriques

Faculdade de Economia, Universidade de Coimbra

Historicamente, a América Latina não constitui uma região prioritária para a União Europeia (UE). Apesar dos laços culturais e históricos que unem as duas regiões, somente na década de oitenta se verificaria uma inflexão nesta tendência. Um factor foi fundamental para que tal ocorresse – a adesão de Portugal e Espanha à CEE abriria o leque geográfico da Europa a esta região, facilitando a marcação de uma agenda bi-regional.

Entra-se assim nos anos noventa numa era de optimismo entre as duas regiões, marcada pela democratização e liberalização económica dos países latino-americanos e pela expansão das suas relações políticas e económicas. Esta seria interrompida pelo ciclo descendente actual motivado sobretudo por três factores. O processo de alargamento da UE transferiria o centro de gravidade e de interesse da UE para Leste. Simultaneamente, a América Latina sofreu uma desvalorização estratégica no cenário pós-11 de Setembro, face à nova agenda de segurança internacional e europeia. A Europa virou-se para si mesma e para a sua zona de vizinhança. Da mesma forma, a actual crise nos processos de integração latino-americanos também contribuiu para a estagnação destas relações.

Podem-se identificar presentemente quatro grandes tendências e dimensões nas relações UE-América Latina: a nível económico, a Europa é um importante parceiro comercial da América Latina, sendo ao mesmo tempo o principal investidor estrangeiro na região. Todavia, este cenário é obscurecido pelos processos de associação entre as duas regiões permanentemente em “banho maria”, bem como pelas tensões comerciais, muito notórias na ronda comercial de Doha, entre um mercado europeu altamente protegido e relutante em abrir-se e uma América Latina ansiosa por exportar os seus produtos comerciais além-mar.

O diálogo político entre ambas as regiões também apresenta algumas fragilidades. As cimeiras UE-América Latina têm carecido de algum conteúdo e relevância política. De qualquer forma, há que salientar os diálogos postos em marcha em novas áreas do domínio da *low politics*, como a coesão social, o ambiente, a educação e a cultura.

No que toca à dimensão cooperação para o desenvolvimento, que funciona neste caso sem uma estrutura institucionalizada e de uma forma mais limitada que com os países ACP, há, no entanto, que colocar em relevo que a UE é já o maior doador na região. De salientar também que esta cooperação tem vindo a adquirir especificidades e características próprias e peculiares, particularmente no que diz respeito à política de cooperação com a Colômbia, para a qual se têm vindo a desenvolver novos instrumentos, entre os quais surgem em lugar destacado os chamados Laboratórios de Paz. Estes atestam uma politização da política de cooperação comunitária e sua orientação para a paz e para o que se poderia designar como uma resolução estrutural de conflitos.

O quarto eixo de relacionamento prende-se com os processos regionais e sub-regionais de integração latino-americanos. A UE aparece como um modelo de paz e desenvolvimento económico, como uma experiência de sucesso de integração a seguir, inspiradora de mecanismos, processos e instituições que surgem no outro lado do Atlântico e às quais a Europa tem dado apoio político e técnico.

A este quadro tem vindo a acrescentar-se duas novas dimensões – paz e segurança, por um lado, e combate à droga, pelo outro. Envolvida de forma pioneira nesta região a nível dos processos de paz na América Central nos anos oitenta, a UE tem vindo a trabalhar presentemente com estes países na reconstrução e reconciliação pós conflito. Da mesma forma, tem jogado um papel relevante no apoio aos processos de paz na Colômbia e na

busca de uma solução política negociada para o conflito, constituindo neste momento uma alternativa à abordagem norte-americana assente no militarismo do Plano Colômbia. A questão das drogas tem vindo igualmente a ser objecto de tratamento comum pelas duas regiões. Baseando-se no princípio da responsabilidade partilhada, um diálogo especializado na droga foi instaurado entre a UE e a Comunidade Andina, tendo igualmente um “regime especial drogas” sido instaurado no quadro do Sistema de Preferências Generalizadas com esta região, que pretende ser um instrumento de facilitação dos programas de substituição do cultivo da coca, modelo alternativo à abordagem repressiva da *war on drugs*.

Assim, denotam-se simultaneamente factores de convergência e de divergência entre as duas regiões: por um lado, no que toca aos grandes dossiers internacionais, a Europa e a América Latina têm demonstrado uma sensibilidade política semelhante e interesses em comum, que os fazem defender e pugnar por posições semelhantes em diversas matérias internacionais, como a defesa do multilateralismo, do primado do direito internacional e das Nações Unidas. Podendo não configurar uma parceira estratégica, nem tampouco um bloco alternativo aos EUA, é um forte factor de proximidade entre as duas regiões. Por outro lado, a Europa e a América Latina persistem sem ter a habilidade ou vontade política de resover as suas questões e dossiers pendentes. As negociações comerciais no quadro da OMC continuam difíceis, sendo o dossier agrícola espinhoso e não se prevendo mudanças substanciais neste panorama. Da mesma forma, os acordos de associação bi-regionais continuam na gaveta e as negociações razoavelmente estagnadas. O estado moribundo da Comunidade Andina, especialmente após a saída da Venezuela de Chavez, deixou uma ferida ainda mais aberta a este nível.

Fundamentalmente, é manifesto que a relação entre a Europa e a América Latina é de natureza assimétrica. A Europa é mais importante para a América Latina, do que o reverso. Neste momento a América Latina não é prioritária na agenda política europeia, configurando todo este cenário um quadro descendente nas relações euro-latino-americanas.